

Desvalorização do real será de 7,47% em 99

Segundo o acerto do Brasil com o FMI, um dólar vai valer R\$ 1,295 no fim de 1999

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – O real sofrerá uma desvalorização nominal de 7,47% entre janeiro e dezembro de 1999, segundo as estimativas utilizadas na elaboração do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Conforme as projeções mensais que constam do Memorando Técnico de Entendimento, a taxa de câmbio em dezembro estará em R\$ 1,205 por dólar e passará para R\$ 1,295 no fim do próximo ano. Neste ano, até o momento, a taxa estimada de desvalorização nominal do real em relação ao dólar é de 6,8%.

As taxas estimadas para o segundo semestre poderão ser reavaliadas, no momento em que os técnicos do FMI estiverem fazendo a segunda avaliação do andamento do acordo. A segunda avaliação será concluída até 31 de maio. Segundo o texto do memorando, as metas do acordo serão avaliadas pelo FMI em conjunto com o governo brasileiro seis vezes ao longo de 99.

A primeira parcela do empréstimo de US\$ 18,1 bilhões do FMI ao Brasil já está à disposição do País. Mas, para ter direito à segunda parcela, o resultado do déficit nominal do setor público consolidado não poderá ultrapassar o valor de R\$ 72,879 bilhões em dezembro, o que é equivalente

a 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse número é dado pela diferença entre receitas e despesas financeiras e não-financeiras dos governos federal, estaduais, municipais e em-

presas estatais. Para cumprir essa meta, o setor público brasileiro terá de melhorar seu desempenho. No acumulado de 12 meses terminado em setembro, o déficit nominal consolidado está na casa de 8,3% do PIB, algo em torno de R\$ 75 bilhões.

O déficit nominal do setor público terá de ser, no máximo, de R\$ 17,145 bilhões no primeiro trimestre de 99. No dia 30 de junho, ele deverá estar acumulado em no máximo R\$ 28,565 bilhões. Esses resultados foram fixados como critério de desempenho para as contas públicas brasileiras. Isso quer dizer que, em caso de descumprimento, o FMI suspenderá o desembolso de novas parcelas do empréstimo.

Em 30 de setembro de 99, o déficit nominal consolidado deverá estar em R\$ 32,127 bilhões e, em dezembro, em R\$ 42,561 bilhões, o equivalente a 4,7% do PIB. Esses dois últimos dados são, porém, metas indicativas, ou seja, não são condição para o desembolso de parcelas. Os critérios de



Malan entrega memorando a ACM: termos do pacto serão explicados hoje

O QUE VAI MUDAR NO CÂMBIO

Metas de desvalorização cambial para o próximo ano

Fim de dezembro/98 - a relação real-dólar deverá ser de R\$ 1,205	Fim de agosto/99 - R\$ 1,264
Fim de janeiro/99 - R\$ 1,212	Fim de setembro/99 - R\$ 1,272
Fim de fevereiro/99 - R\$ 1,220	Fim de outubro/99 - R\$ 1,279
Fim de março/99 - R\$ 1,227	Fim de novembro/99 - R\$ 1,287
Fim de abril/99 - R\$ 1,234	Fim de dezembro/99 - R\$ 1,295
Fim de maio/99 - R\$ 1,242	
Fim de junho/99 - R\$ 1,249	
Fim de julho/99 - R\$ 1,257	

Acumulado no ano

7,47%

Fonte: Memorando técnico do FMI

METAS VÃO
SER REVISTAS
SEIS VEZES NO
ANO QUE VEM

desempenho foram acertados apenas para o primeiro semestre do ano. Os dados para o segundo semestre que condicionarão os empréstimos serão acertados nos próxi-

mos meses.

O documento com todas essas informações foi entregue ontem pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). O ministro vai hoje ao Senado explicar os termos do acordo. A expectativa do governo é que o Legislativo aprove as condições do empréstimo na quinta-feira.

O memorando descreve ainda algumas ações prévias que deverão ser adotadas pelo governo brasileiro para garantir o andamento do acordo. A primeira condição era que o Congresso estivesse apreciando o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) de 0,20% para 0,38% no fim de novembro. Na época em que estiver sendo concluída a primeira avaliação (até 28 de fevereiro), a emenda da reforma da Previdência Social deverá estar promulgada, tanto na parte que trata do sistema previdenciário público quanto das aposentadorias do setor público.